

A LETRA E A LINHA: A CARTOGRAFIA COMO FONTE HISTÓRICA

Eduardo Quadros*

“Letra – s.f.(...) Dizer inscrito, gravado ou esculpido; (...) conhecimentos adquiridos através do estudo, saber...”

“Linha – s.f. (...) Traço contínuo, alongado, real ou imaginário, representativo de uma extensão...; conjunto de palavras ou frases que compõem uma carta...”

Dicionário Houaiss

Resumo: a história cultural tem renovado muitos campos de pesquisa. Neste texto, partindo da noção semiótica de cultura, ressaltamos a importância de serem pensados de maneira indissociada o tempo e o espaço. Na segunda parte do artigo, as propostas teórico-metodológicas são exemplificadas através da cartografia colonial amazônica.

Palavras-chave: tempo, espaço, significação, mapas

Abstract: *cultural history has renewed many fields of research. In this text, starting out from a semiotic notion of culture, we stress the importance of time and space being thought of as indissociable concepts. In the second part of the article, the theoretical and methodological proposals are exemplified through Amazonian colonial cartography.*

Key words: *time, space, significance, maps*

I

1. Se abrirmos a obra magna de Capistrano de Abreu (1975), publicada há cem anos, veremos que o primeiro capítulo intitula-se “Antecedentes Indígenas”. Foi princípio um inovador na época, pois os livros de História do Brasil costumavam iniciar tratando do reino português. Nesta ótica predominante, o Brasil teria seus primórdios na Europa e não com aqueles povos que logo seriam chamados de *brasileiros*.

Mas, curiosamente, passamos por quase dez páginas do livro sem que os índios apareçam. De que tratou Capistrano realmente nesse início? De geografia. Antes de narrar a história brasileira, o historiador cearense descreve o espaço em que ela se desenvolverá; fornece o *cenário* onde atuarão os personagens históricos. Este é descrito por suas serras e planícies, as grandes bacias hidrográficas, um regime pluvial relativamente intenso, a flora



extremamente rica e variada. Os limites do território brasileiro já surgem dados, prontos. É nesse tabuleiro que as peças se moverão.

No tempo de Capistrano de Abreu, a geografia era, praticamente, uma auxiliar para o conhecimento da História. Ainda não existiam os cursos universitários e as duas áreas andavam juntas, como aparece no título do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro¹, uma relevante instituição acadêmica do século XIX. Foi com o surgimento das Faculdades de Ciências Humanas, a partir da década de trinta, que as duas formações foram progressivamente se distinguindo.

2. A tradição que unia as duas áreas possui longa data. Heródoto foi chamado por Cícero de “pai da história”, mas ele poderia ser também o “pai” da geografia. A análise feita por Hartog (1999) demonstra como a narrativa herodotidiana depende do conhecimento geográfico. Em Tucídides ou em outros autores clássicos, o tempo e o espaço permanecerão indissociáveis. O filósofo alemão Emmanuel Kant, aliás, ao buscar estabelecer os fundamentos do conhecimento científico, tomou essas duas *categorias* como formas necessárias à apreensão da realidade. Porém, com o nascimento das distintas ciências sociais, criou-se uma *esquizofrenia da percepção*.

Ela se deu nos conflitos internos entre historiadores, geógrafos e sociólogos. Ora, o pensamento erudito do século XIX foi marcado pela tendência historicista. Isso significa que áreas do conhecimento que hoje são distintas tiveram de combater o imperialismo da História para se tornarem autônomas e assumirem uma posição digna no mundo universitário.

Com a historiografia científicista ou metódica não foi diferente. A cronologia, tão importante nesta abordagem, tornou-se abstrata ao ser destacada do espaço. No máximo, anexava-se um *quadro* geográfico aos livros históricos, a exemplo do que fizera Capistrano. Na famosa definição de Marc Bloch, a História é “a ciência dos homens no tempo” (s/d, p.29). Onde? Em qualquer lugar, está implícito. Mas deste modo a dimensão espacial deixa de ter relevância. Por outro lado, os geógrafos guiaram-se para o estudo do *presente*, ou seja, para a incorporação de uma temporalidade não problematizada.

3. Lucien Febvre, o parceiro de Bloch na criação da *Escola dos Annales*, tentou romper com esse diálogo de surdos. Em 1922, ele publicou uma obra onde entrava plenamente no campo geográfico e em defesa dos fatores espaciais para a compreensão dos fenômenos históricos. O livro *A Terra e a Evolução Humana* é de um historiador, é verdade. Febvre, inclusive, esclarece que isso traz peculiaridades à sua abordagem. Um autor da geografia, diz, teria a tendência em elaborar “um quadro” com dados. Ele prefere a dinâmica indeterminada da História a tecer considerações sobre os supostos “condicionamentos” do meio (1955, p.28ss).

A obra não foi bem recebida. A “perspectiva do historiador” soou mais como uma tentativa de submeter a *geografia humana* ou mesmo desfacelá-la historicamente. François Dosse conclui que “os geógrafos sentiram-se ameaçados pela empreitada de Lucien Febvre e reagiram com ímpeto” (2004, p.119).

Mas com Fernand Braudel foi diferente. Quando o jovem estudante de História leu aquele livro fora “amor à primeira vista” (apud.DOSSE, id, p.128). No ano seguinte à publicação, ele decidiu o tema do seu doutoramento: o Imperador Felipe II e suas relações com o mar Mediterrâneo. Sob a orientação de Febvre, o tema acabou se transformando para “O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II” (BRAUDEL, 1983).

Houve uma inversão completa. O personagem principal da história não era mais uma pessoa, mesmo com o enorme Império que comandava, era uma zona espacial. O próprio Braudel diz que o assunto de sua investigação é o mar (id., p.22). Um mar estendido até o



deserto do Saara, que adentra no Atlântico, mas uma *região* com unidade física e climática (cf. cap.4). A *geo-história*, como intitulou sua perspectiva, dava os primeiros passos.

A obra de Braudel inaugurou a problemática que predominou nas duas décadas posteriores. Os estudos regionais, com forte utilização de dados estatísticos, passaram a ser a tendência da pesquisa histórica francesa, com repercussões no Brasil². Ao estudar regiões, o intercâmbio entre espaço e tempo torna-se necessário. Contudo, a nosso ver, a historicização dos dados ficou limitada³. No fundo, a delimitação do *lugar* a ser investigado era predefinida, em geral com critérios políticos, para posteriormente algum setor de sua história ser analisado.

Podemos exemplificar com diversas obras acerca da época colonial brasileira, onde encontramos um país previamente construído. Afinal, Pedro Álvares Cabral *descobriu* o Brasil ou aportou numa praia, passou alguns dias e se retirou? A famosa expressão “Brasil-colônia” sintetiza esse equívoco. Como apontou Novais (1997, p.17), de que forma os protagonistas da colonização iriam adivinhar que aquela ocupação iria transformar-se em Estado nacional no século XIX?

4. Com este texto, pretendemos apontar caminhos que possibilitem o estudo do que denominamos processo de *lugarização*. Não é exatamente uma história da cartografia que se está propondo, muito menos uma história regional, mas a relevância de observar a construção das significações que constituirão as identidades espaciais. Em poucas palavras, a produção dos *lugares*.

Pelo termo *lugar* compreendemos as correlações semânticas entre um campo espacial e um sujeito interpretante. Há operações que tornarão o espaço desfigurado em algo inteligível, ordenável, manipulável, enfim, nomeável. Essa arte de inventar *nomes* convoca, por sua vez, os traços identitários de um grupo. À *provocação* do meio ambiente, o grupo reage invocando seu arsenal de saberes disponíveis, desde tradições às utopias, o que gera a *identificação*. Ela não ocorre, contudo, apenas como uma projeção identitária, percorrendo toda a dinâmica hermenêutica da apropriação, da representação e da própria ação elaborada. Com isso, afirmamos que a manutenção do aspectual identitário está co-determinado pela *lugarização*, e vice-versa.

Tal problemática é marcante na “supermodernidade”, como gosta de dizer Marc Augé, que pelos “excessos” criados produz amplos “não-lugares” (Augé, 1994). Os “não-lugares” são espaços de trânsito, impessoalizados, onde não há reconhecimento. O contraponto estaria nos lugares demarcados, promotores de uma relativa estabilidade e, assim, capazes de serem simbolizados.

A conceituação nos parece demasiado rígida e estanque⁴, porém as questões propostas por Augé podem plenamente ser estendidas à história humana. Nas sociedades indígenas, exemplo dado por ele (id., p.46), a relação íntima entre lugar e cultura aparece bastante nítida. Se hoje a circulação dos objetos possui trajetórias globais, isso não indica a inexistência de fixações, demarcações ou tentativas de edificar *lugares de memória*, verdadeiros “centros” de articulação das identidades (cf. Nora, 1993).

5. O processo de *lugarização* remete, no conceitual geográfico, à idéia de território. A origem etimológica deste termo reúne um dono (*torium*) à posse de um pedaço de *terra*. Há, destarte, um elemento político importante na constituição dos territórios, sendo que historicamente era o soberano quem adquiria o legítimo *dominium*, região pertencente ao senhor (*domus*). Os mapas foram inicialmente feitos para que este senhor *visualizasse* o terreno que possuía e tornasse mais eficaz seu controle. Portanto, podemos considerar o Estado o grande patrocinador das cartas geográficas, sendo através de sua atuação que surgiu a cartografia científica na Idade Moderna (Raffestin, 1993, p.145).



Os mapas demonstravam prioritariamente os territórios do rei. Com a expansão marítima europeia, muitas terras antes desconhecidas precisavam ser figuradas. Então, a partir do século XV, surgiram “escolas cartográficas” para produzir mapas das zonas *descobertas* ou para apontar a extensão dos poderes régios. Sem sair da biblioteca real, podia-se, apenas com os olhos, percorrer os territórios incorporados, estudar os problemas administrativos ou elaborar estratégias visando intensificar o controle estatal. Enfim, como escreveu Revel, a multiplicação das imagens cartográficas é “indissociável da afirmação do poder monárquico” (1990, p.144).

Podemos sintetizar definindo território como uma *lugarização institucionalizada*. Mesmo havendo uma tendência atual para a metaforização do conceito de território⁵, parece-nos importante, de modo a manter uma maior precisão, considerar como idéia-chave deste termo a relação íntima entre Estado e espaço. Na representação territorial, o Estado pretende assumir em-si e para-si as significações atribuíveis, impedindo qualquer lugarização alternativa. No *discurso espacial* constituído, ele quer ser a única palavra.

6. Por que enfatizar a análise topológica dos mapas se eles estão mais relacionados com os territórios? Claro que as fontes utilizáveis no estudo dos procedimentos de lugarização são bastante variadas. Narrativas, relatos de viagem, diários, entrevistas, cartas, legislação administrativa, processos jurídicos, entre outros, devem ser investigados. Porém, o *corpus* cartográfico é uma fonte especial. Seu caráter *instrumental* e a transposição de todo um conjunto de experiências para uma imagem conferem a esse tipo de documentação uma riqueza nem sempre considerada. É preciso destrinchar, desdobrar as *linhas em letras*, para perscrutar este discurso.

As figurações cartográficas são uma espécie de *discurso condensado*. Elas incutem uma *grafia* em seus planos. Trata-se, portanto, de aprender a ler os registros e enxergar através dos olhos de outro. Desta forma, busca-se descobrir as técnicas da caracterização espacial, a produção de uma ordem, a seleção, classificação e interpretação dos elementos de uma paisagem. Mas também nas significações dadas não se pode deixar de perceber a peremptória presença do desejo. Técnica - uma competência -, desejo - uma performance - e poder - uma pragmática - coadunam-se na semiótica espacial exposta nas cartas.

Invocamos a semiótica por ser a ciência dos signos. A elaboração dos mapas manifesta uma prática de transformar em signos, por conseguinte em *discurso*⁶, tanto as percepções dos sentidos quanto os pensamentos. Nas linhas da imagem estão inscritos os traços de uma actualização. Cabe ao analista *ex-crever* sobre essas linhas. Elas consolidam aos observadores uma realidade muitas vezes inacessível e longínqua. Por outro lado, nenhum mapa irá reproduzir exatamente o real, não somente pelas limitações da discursivização, mas pela necessária introdução da escala neste tipo de saber. Sem relevar tais elementos, é que podemos considerar a forte *vontade de verdade* das figurações espaciais. Compondo, literalmente, o *imaginário* de uma região, o *corpus* cartográfico institui formas de relacionamento com aqueles *lugares*⁷ e fornece as balizas para os projetos de utilização/ocupação.

As visões transpostas para as cartas passam, então, a ser instituidoras de novas práticas. Nesta cadeia dialética, a atuação nos lugares irá, por sua vez, reagir gerando novos saberes topológicos. Os interesses exercitados pelos atores vão, em parte, concretizando os saberes anteriores, o que conforma uma tradicionalidade, em parte questioná-los, ativando os procedimentos da lugarização. Os mapas que se seguem exemplificarão este processo.

II

1. Propusemos um conjunto conceitual para pensar historicamente a produção cartográfica. Como se vê, nosso interesse volta-se especialmente para os aspectos *cognitivos* ex-



pressos neste tipo de documentação, uma tendência relevante no atual momento da História Cultural (DOSSE, 2003). Vamos aplicar algumas dessas idéias em cartas retratando, em particular, a Amazônia nos primórdios da colonização.

Antes, é preciso lançar um olhar sobre o espaço americano. Demorou mais de uma década até que ele fosse visto como um continente e ganhasse sua autonomia. Edmundo O’Gorman (1992) estudou esse “destacamento” das terras encontradas por Colombo, nos mapas mais antigos figuradas como uma península da Ásia. É verdade que o nome⁸ dado posteriormente ao *Novo Mundo* manterá a referência eurocêntrica de um suposto “descobridor”.

O mapa de autoria anônima, datado de 1526, intitulado “Salviati Planisphere”⁹, traz uma imagem desse eurocentrismo:



Imagem 01: (Wolff, 1992, p.36).

O delineamento cuidadoso do litoral – bem aproximado das figurações atuais – contrasta com a indecisão do interior. Seria uma grande ilha longitudinal? Ou as árvores apontando para dentro demonstram o desconhecimento dos “sertões”? Não parece haver limites no lado interno do continente...

O autor da carta está, certamente, bem informado acerca das navegações ao Novo Mundo. Isto está demonstrado não apenas pela cuidadosa apresentação da costa, também pelos diversos nomes inseridos. Eles foram colocados percorrendo o litoral onde os europeus aportavam. A foz dos futuros rios da Prata e Amazonas foi apontada, apesar do desconhecimento da direção desses rios. Diferente, nos parece, ocorre com a passagem para o oceano Atlântico, chamado “mar do sul” na figuração, porque o nome foi posto nas proximidades do Panamá e ali se vê uma embarcação com homens remando.

A única cidade representada é a capital asteca Tenosticlam (“Tenustitam” no mapa), ainda não conquistada, mas já despertando a cobiça europeia. A divisão do Tratado de Tordesilhas encontra-se no mapa para garantir sua “legítima” posse pela metrópole. As duas informações nos indicam a ampla possibilidade deste mapa ser de origem espanhola.

Além dessa cidade, a “riqueza” do continente é sugerida pelas árvores e por alguns animais desenhados (predominando pássaros). As primeiras atividades colonizatórias, como se sabe, extraíram tais produtos, já que o ouro, tão procurado, não fora logo descoberto. Contudo, desde a primeira viagem de Colombo outros homens foram encontrados e essas populações nativas não aparecem na carta. Assim, a *ideologia*¹⁰ da colonização surge ao ocorrer a *purificação imaginária* dos donos da terra. As riquezas estariam à disposição das metrópoles e o conjunto de nomes demonstra o novo ato de posse.

2. Esse aspecto ideológico é ainda melhor demonstrado no mapa produzido pelo lusitano Fernão Vaz Dourado, apesar dele conter imagens de nativos:

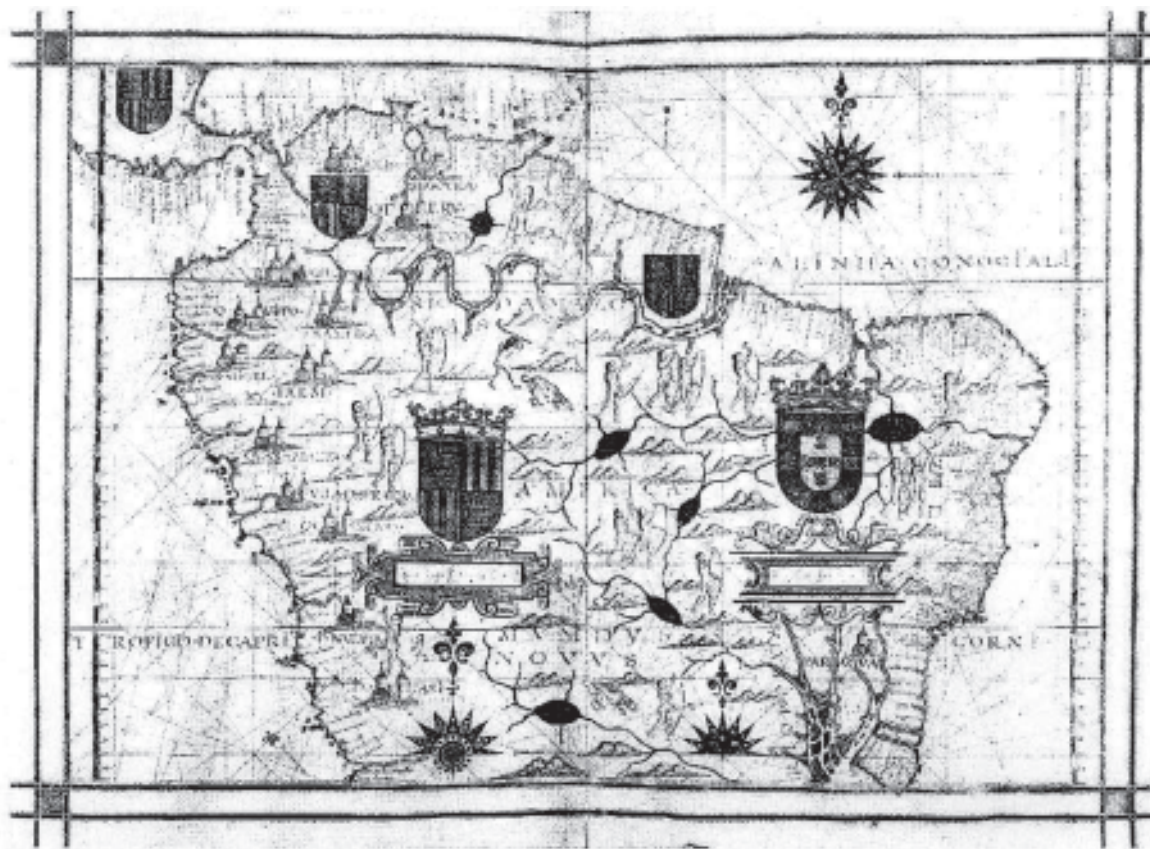


Imagem 02: (Wolff, id., p.36).



Esta carta faz parte de um Atlas que o ex-governador da Índia publicou em Lisboa no ano de 1580. Sua intenção era demonstrar visualmente os domínios de Portugal. Foi neste ano, aliás, que este reino perdeu sua independência política, passando a ser submetido dinasticamente ao rei espanhol Filipe II.

Se na Europa os limites eram abalados com as guerras, isso não acontece no mapa. Os brasões das duas coras dividem a América. Portugal ocupa o que hoje é o nordeste brasileiro; à Espanha pertence o interior do continente, a Amazônia, a zona do Orenoco e a América Central. Mas bastaria colocar os brasões para garantir a posse daquelas terras?

Curiosamente, o mapa omite a linha demarcada no Tratado de Tordesilhas. Isso parece remeter à postura lusitana, que nunca respeitou o acordo¹¹. Então, os emblemas servem para apontar zonas ocupadas legitimamente, ficando os limites para cada coroa propositalmente incertos.

Por outro lado, os antigos donos da terra foram inseridos. Que fazem eles? Foram impressos de arco e flecha nas mãos. Seria um sinal de sua valorosa resistência? Dificilmente uma autoridade lusitana da época teria essa perspectiva. As armas e seu aspecto desorganizado representam presumidamente o estado “selvagem” em que se encontravam. Todos eles estão nus, vivendo como errantes. A exceção é um “índio” ao centro, entre o “rio das Amazonas” e a imagem de uma onça. Ele surge com uma ferramenta em punho, como se estivesse a trabalhar. Mesmo não havendo missões naquela região, supomos que essa figura demonstre a submissão aguardada pelos colonizadores e a posterior “civilização” das diversas culturas ali presentes.

Essas populações nativas foram inseridas apenas a certa distância do litoral, onde terras e povos deveriam ser ainda conquistados. O primeiro passo da conquista surge na carta pela homogeneização cultural sugerida através da reprodução da mesma figura. Todos serão classificados como sendo *índios*, mesmo que se soubesse há muito tempo quão distante estava a Índia. Essa construção do que Darci Ribeiro (1992) chamou “índio genérico” dará bases para a elaboração de uma teoria da *natureza* indígena. Eles serão tidos por bárbaros, preguiçosos, vadios, cruéis, rudes, glutões, infiéis e demais caracterizações depreciadoras encontráveis nas crônicas coloniais. De posse desses “conceitos”, estratégias jurídicas, teológicas e militares buscarão efetivar a posse daquelas *almas*. Na ótica do colonizador, para o bem delas.

Contrapondo-se aos nativos, surgem lateralmente as cidades do lado espanhol. Elas estão apresentadas como se fossem belos castelos. As edificações apontam para o “progresso” gerado pela conquista, auxiliado, é claro, pelas riquezas minerais encontradas. Do lado lusitano, esses sinais da civilização ainda estão por surgir.

Mas lá está, em destaque, o emblema da coroa portuguesa. A posse do território é, assim, de caráter *virtual*. Foi decidida entre dois países europeus, contudo não chegou a ser efetivada. O autor a coloca como certeza, apesar dela ser uma posse apenas jurídica¹², mais em potência que em ato. Desejo de garantir o(s) respectivo(s) domínio(s) metropolitano(s)?

Tal política metropolitana é o eixo semântico desta topografia. O Estado marca de modo todo-poderoso os rios, florestas, populações e cidades. Agora, tudo lhe pertenceria (ou a quem ele os entregar). Quem poderia limitar o poder fagocitador estatal seria somente outro Estado. A ideologia da conquista colonial, destarte, transpira por todos os poros da carta de Vaz Dourado.

3. A partir do século XVII, a produção cartográfica francesa sobre a América se intensifica. Eles apresentariam um discurso espacial diferenciado? Vejamos o mapa da Amazônia publicado pelo Conde de Pagan em 1655:





Imagem 03: (Adonias, 1993, p.79).

Nada de brasões. Nenhuma metrópole foi introduzida na imagem. Os nomes dos “reinos” não são de quem os administrava. Pagan ressaltava ainda os nomes dos povos indígenas: Yoriman, Surina, Mayna, Homagua... A ideia é de que são povos mais ou menos autônomos, bem como toda a região. O mapa, por sinal, parece indicar como atingi-los.

A ênfase da carta está nas “estradas fluviais” da rede hidrográfica. O autor quer demonstrar conhecê-los pelos nomes. Há, por conseguinte, uma atualização de trânsito, de movimento. Nem os limites entre a América Espanhola e a Portuguesa foram inseridos. A bacia amazônica está aberta para navegação nessa figuração.

As palavras no litoral da *Guayana* demonstram o trânsito possível. Lá estão Nassau, Orange, Armyre, designações que não pertencem às metrópoles ibéricas. Novos reinos queriam se instalar na região. Pagan, portanto, desestatiza o espaço cartográfico, quebra o monopólio metropolitano, intento que se apresenta igualmente no texto de seu seu livro. O editor inglês até escreveu prefaciando: “Deus não concedera aquelas terras para a Espanha, Portugal ou França, mas destinou-as o Rei da Inglaterra” (1661, p.3v.). A imagem deixa livre essas “passagens”.

No entanto, não foi somente pelo projeto de romper com a ideologia ibérica que os emblemas foram retirados. Nesse século, os mapas deixaram de possuir gravuras e símbolos. Por isso, apenas os nomes localizam as cidades castelhanas. Quanto aos nativos, eles estão indicados por suas nações. A divisão em “províncias” e a quantidade de povos contribui para a impressão de que aquela terra ainda não está conquistada.

4. A quantidade de povos indígenas inseridos no mapa do padre jesuíta Samuel Fritz é maior ainda. Mas a intenção de sua figuração é bem diferente. Enquanto os países euro-



peus espreitavam as fraquezas dos impérios ibéricos, as duas coroas da península adiantavam suas conquistas através do trabalho dos missionários.

Fritz foi um deles. Trabalhou por mais de duas décadas entre as populações dos rios Solimões e Negro. Afirma ter fundado trinta e nove missões. Tão profícua foi sua atividade que acabou sendo preso pelas autoridades lusitanas. Os dois mapas a ele atribuídos foram produzidos neste clima de conflitos fronteiriços¹³. Porém, não vemos claramente os limites entre a colonização portuguesa e a espanhola:



Imagem 04: (Ribandaneira, 1999, p.116).

As funções dos mapas de apontar riquezas ou de indicar a existência de seres exóticos desapareceu rápido. Na batalha pelos processos de *lugarização*, era importante naquele momento o domínio sobre os índios. Eles se esparramam na região em que Fritz missionava. Acreditando levar a salvação a tantos povos, pôs a insígnia IHS - Jesus Salvador dos Homens em latim - brilhando sobre os *gentios*. A idéia é reforçada pelo emblema no alto do canto esquerdo, na qual o demônio é derrubado pela trombeta do Evangelho.

Essa visão religiosa da *conquista das almas*, como se dizia no período, predomina na carta. Contudo, a expansão do Reino de Deus foi patrocinada por um reino específico. Ainda no emblema, massacrando a personagem demoníaca, vê-se o brasão da coroa espanhola. Então, um regime *teo-político*¹⁴ é invocado para exprimir o domínio. Com isso, o processo de posse territorial torna-se envolto com uma aura sacralizadora. Os povos, com suas terras, contactados pelo missionário passam a ser povos aliados da Espanha. Padre Fritz transformou o conhecimento que possuía na expressão de um suposto controle daquela região.

O curso do “rio das Amazonas” é uno, retilíneo, e não entrecortado como no mapa de Pagan. Temos uma só metrópole legítima e um só eixo fluvial recebendo os rios *tributários*. Os povos missionados pelos lusitanos estão na carta, porém nada é dito acerca de suas



atividades catequéticas. Não se pode dizer que ele as desconhecia, pois ao ficar preso no colégio jesuítico em Belém travou contato com muitos padres da Ordem religiosa mais presente na evangelização da Amazônia (cf. Leite, 1946).

A bacia do rio Orenoco surge isolada da grande bacia do “maranhão ou Amazonas”. Na cartografia anterior elas apareciam interligadas. Ao inverso de Pagan, Fritz evita o trânsito. O mesmo vale para a suposta localização das aldeias indígenas, nos relatos caracterizadas pela mobilidade. Portanto, sua imagem reproduz o que pretende instituir o governo metropolitano: a fixação dos respectivos lugares.

5. Com distintas metrópoles chocando-se na América, era necessário estabelecer os limites de cada projeto colonizador. Visando estimular as negociações que resultarão no Tratado de Madri, em 1750, o embaixador português na França D. Luís da Cunha encomendou um mapa ao geógrafo Bourignon d’Anville. Nesta carta da *América Meridional*, as raias fronteiriças já estão mais ou menos traçadas:

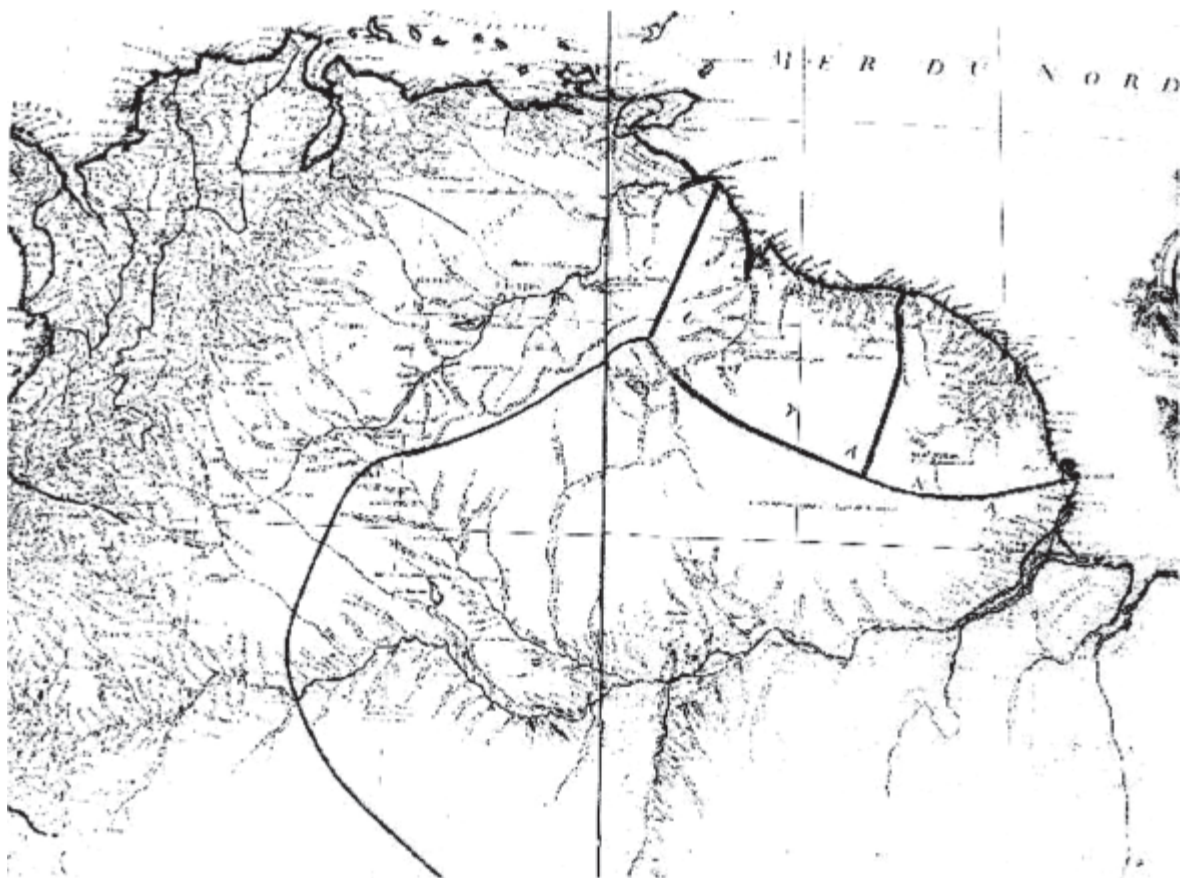


Imagem 05: (Ribandaneira, 1999, p.118).

Há uma sensação de arbitrariedade. As linhas parecem ter sido traçadas a mão livre. Elas vão recortando o espaço independente do que atravessam. O contraste com o cuidadoso desenho dos rios, com nomes e informações sobre eles, reforça o caráter relativamente aleatório das fronteiras.

As populações nativas desaparecem. Os poucos nomes que remetem a sua presença são postos sob o estatuto de *vestígios*. Por exemplo, no terreno entre o rio Negro e o “Yopura” está escrito: “Antiga morada dos Manaus” (grifo nosso). Um pouco mais abaixo, encontramos: “Nossa senhora das Neves dos Yorimaguas, antiga missão espanhola”



(grifo nosso). O advérbio remete a uma realidade a ser superada. Agora, aqueles lugares possuem novos donos.

Sendo encomendado pelos portugueses, suas atividades colonizatórias sobressaem-se na figuração. A missão entre os Yorimaguas referida havia sido fundada pelo padre Fritz. A região, entretanto, está incorporada ao Império Português. Isso não é exatamente uma deturpação proposital do autor. Lembramos que a utilidade da cartografia está na manutenção de certa verossimilhança com a realidade. Pela toponímia e pelos dados inseridos, nota-se que os relatos em que se baseia d'Anville são predominantemente portugueses. Tal lusitanização do espaço americano decorre dessas informações utilizadas.

Um exemplo está na introdução do rio Branco. Fritz parece desconhecer-lo, colocando em seu lugar uma lagoa mítica denominada Parime¹⁵. Já os colonizadores portugueses conheciam este rio desde o fim do século XVII, penetrando-o para cativar índios que habitavam em suas margens e extrair as “drogas do sertão” (Nabuco, 1949)¹⁶.

Mas não somente os portugueses estão representados nesse mapa. As colônias holandesa e francesa têm suas fronteiras igualmente garantidas. Os reclames espanhóis, quanto a ocupação da Holanda, são ignorados e os limites com a colônia da França já haviam sido demarcados pelos Tratados de Utrecht (1713 e 1715).

Com a delimitação de cada colonização, o autor da carta quer demonstrar a possibilidade de um equilíbrio geopolítico. Essa busca caracterizou a política externa dos países europeus na primeira metade do século XVIII, depois de um período eivado de guerras (Hazard, 1974, p.250). Contudo, se as quatro metrópoles presentes na região tentam fazer acordos de paz, ao ignorar os povos indígenas as violentas relações de submissão exigidas tornam-se apagadas. A ideologia metropolitana do *povoamento* que *despovoava* continua, em conjunto, tentando neutralizar qualquer forma alternativa de *lugarização*. As práticas cartográficas geram, então, a utopia da governamentabilidade.

III

Uma topocronologia

1. Para concluir, cabe advertir aos pesquisadores que trabalham dentro da dimensão histórica não ser opcional a consideração dos discursos e das práticas espaciais. Inexiste um tempo fora de um lugar. O que se tem feito em numerosas investigações é, na verdade, mutilar os parâmetros do estabelecimento dos vínculos sociais.

A problemática do *jogo de escalas* (Revel, 1998) inerente a qualquer perspectiva cognitiva renovou o debate acerca das escolhas feitas sem serem refletidas. Ora, a busca de um conhecimento histórico crítico impõe não somente a racionalização das categorias utilizadas, mas a exposição desses mecanismos de seleção acionados na interpretação do passado. Ou seja, fazer história crítica é promover leitores críticos de nossas obras. A metáfora da escala aplicada às narrativas indica o paralelo existente entre o processo de humanização do tempo estudado pela História e os procedimentos de humanização do espaço estudados pela geografia.

É pela *arte* de tentar humanizar, depois inserida em tantas técnicas, que pode-se invocar o conceito de *cultura*. O compreendemos como um *conjunto de possibilidades de significação*¹⁷. Assim, ela surge no confronto com as forças em derredor, esses poderes *geohistóricos* que forjam um rizoma social. Neste pacto constituído, descobre-se que a perenidade do ser-para-morte desperta a capacidade da luta-contra-morte veiculada nas formas culturais¹⁸.



2. Tomando por base os saberes incrustados nas cartas topográficas, sugerimos que a questão da *lugarização* deve ser levada mais a sério. Já que os mapas são um discurso condensado em imagens e têm sido pouco utilizados na compreensão dos processos históricos, propusemos algumas categorias que possibilitem a leitura de suas *linhas*, a decifração de suas *letras*. Na segunda parte do texto, fizemos então alguns exercícios de análise apenas para indicar vias metodológicas possíveis.

Enfatizou-se a relação com política, expressa de muitos modos nessas cartas. Historicamente é fácil percebê-la porque as grandes escolas cartográficas surgem com a formação das monarquias absolutistas. Mas, se olharmos com mais cuidado, veremos que tal relação é inerente ao saber. Não há conhecimento fora de um *campo de forças* e a significação é aberta a golpes, como se abre uma trilha na mata¹⁹. Destarte, o tema da cultura e o tema do poder, esses dois grandes veios de onde a historiografia atual retira sua riqueza, estão unidos na *topocronologia* revelada nos mapas. Estudá-la é promover a democratização dos *lugares* de vida através da reconstrução crítica do passado.

Notas

- ¹ Foi fundado em 1838, tendo o próprio Imperador D. Pedro II entre seus filiados. Nas páginas da revista que edita, encontram-se indistintamente estudos geográficos, como relatos de viagens feitas por seus membros, e textos de história.
- ² Um exemplo claro deste tipo de abordagem é a obra de Kátia Matoso (1992).
- ³ Essa deshistoricização deu-se por uma série de vias, como criticou Dosse (1992). Entretanto, o ponto que estamos levantando, que abre a problemática que apresentaremos, não é apresentado por este autor.
- ⁴ Poderíamos, por exemplo, contra-argumentar que os lugares de trânsito ainda são lugares, expressos tanto por conjuntos simbólicos quanto pelas relações sociais neles inseridas. Basta lembrar dos belos textos de Walter Benjamin (1993) acerca das passagens de Paris.
- ⁵ A partir da filosofia, o uso metafórico de termos como território e fronteira tem sido difundido nas ciências humanas. Exemplo de uma obra geográfica que incorpora essa tendência é Carlos E. V. Hissa (2002).
- ⁶ Por discurso entendemos qualquer forma articulada do sujeito relacionar-se com o real. A significação é um pressuposto da discursivização e da ação social.
- ⁷ A nosso ver, a noção de imaginário tem sido usada de forma demasiado ampla e confusa, como exemplifica o difundido texto de Baczo (1985). Conforme este autor, o imaginário social englobaria um “vasto sistema simbólico” que inclui “uma certa representação de si”; a “distribuição dos papéis e das posições sociais”; “crenças comuns” e “códigos” de comportamento (id., p.309). Um pouco mais a frente, ele diz que “os imaginários sociais e os símbolos em que eles assentam fazem parte de sistemas complexos e compostos, tais como, nomeadamente, os mitos, as religiões, as utopias e as ideologias. Diante desta amplitude de objetos, preferimos a perspectiva de Castoriadis (1982), para quem o imaginário não simboliza, institui a convivência social.
- ⁸ Hoje o nome América está naturalizado e torna-se difícil perceber a importância do nomear para a época. Relatando a conquista da “terra firme” no início do século XVII, Pedro Simon, por exemplo, escreveu: “...tratarei primeiro do nome que da coisa, por ser este o modo que usa o lógico, primeiro definindo o termo significante que a coisa significada por ele” (1992, p.25). Muitos cronistas espanhóis protestaram contra a atribuição do nome do italiano Américo Vesúcio às Índias Ocidentais.
- ⁹ O mapa recebeu esse título porque pertencera ao núncio romano Cardeal Giovanni Salviati.
- ¹⁰ Resgatamos o termo ideologia para referirmos ao conjunto de representações imagéticas ou discursivas que confere unidade a um grupo, expressa sua adequação a um projeto comum, legítima as ações coletivas e catalisa utopias. A cartografia é um poderoso instrumento ideológico devido à sua função no regime de verdade colonizatório.
- ¹¹ O pesquisador do tema Jaime Cortesão chega a dizer que do rei português D. João II, responsável pela assinatura do Tratado, não ficou nem um só indício de sua boa vontade em cumpri-lo (1965, p.155).
- ¹² Questionada pelos outros reinos europeus, como demonstrarão as tentativas de colonização francesas, inglesas e holandesas.



- ¹³ Padre Fritz ficou preso por dezenove meses no Colégio de Santo Alexandre em Belém do Pará. Ele elaborou dois mapas, o primeiro em 1691 e o segundo em 1707. Analisaremos somente este último pela repercussão que teve na cartografia posterior. Para mais informações sobre os conflitos que gerou, ver a análise que fizemos do Diário redigido por esse jesuíta (Quadros, 2004).
- ¹⁴ Por regime teo-político entendemos uma área compartilhada entre o político e o religioso, onde sobrepõem-se suas lógicas e seus interesses, enquanto a relativa autonomia de cada instituição é mantida, o que simbolizamos mantendo o hífen.
- ¹⁵ Era nesta lagoa que se encontraria o reino do El Dorado. Ela figura em muitos mapas e será buscada pelos espanhóis ainda na segunda metade do século XVIII, enquanto autores portugueses tratarão de sua existência com ironia. Sobre esses mitos geográficos, ver a obra de Gil (1985) e Holanda (1992).
- ¹⁶ Uma série de produtos naturais encontráveis na floresta amazônica e com valor comercial eram enquadrados sob essa denominação de “drogas do sertão”.
- ¹⁷ Fizemos uma discussão mais aprofundada dessa noção em outro texto (QUADROS, 2005).
- ¹⁸ A utilização dos conceitos Heideggerianos para caracterizar tanto a historicidade quanto a escrita da História foi feita por Paul Ricouer na sua análise acerca da condição histórica humana (2000, p.471-498).
- ¹⁹ Lembramos que a origem etimológica do termo cultura relaciona-se ao preparo do campo para cultivar.

Referências

- Abreu, João Capistrano de. *Capítulos de história colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- Adonias, Isa. *A cartografia da região amazônica*. Rio de Janeiro: IMPA, 1963.
- Augé, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da Supermodernidade*. Trad. Maria L. Pereira. Campinas, SP: Papyrus, 1994.
- Baczo, Bronsilaw. *Imaginação social*. In: Enciclopédia Einaudi (vol.5). Lisboa: Casa da Moeda, 1985, pp.296-333.
- Benjamin, Walter. *Paris, capitale du XIXe siècle: le livre des passages*. Paris: Allia, 1993.
- Bloch, Marc. *Introdução à História*. Lisboa: Editora Europa-América, s/d.
- Braudel, Fernand. *O mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II (vol.1)*. S/Trad. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- Castoriadis, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.
- Cortesão, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1965.
- Dosse, François. A. *A história em migalhas*. Trad. Dulce Pontes. São Paulo: Editora da Unicamp, 1992.
- Dosse, François. *O império do sentido*. Trad. Fernanda Abreu. São Paulo: Edusc, 2003.
- Dosse, François. *História e ciências sociais*. Trad. Fernanda Abreu. São Paulo: Edusc, 2004.
- Febvre, Lucien. *La tierra y la evolución humana*. Trad. Luís Pericot Garcia. México: Editorial Hispano-america, 1955.
- Febvre, Lucien. *Combates pela história*. Trad. Lisboa: Presença, 1977.
- Gil, Juan. *Mitos y utopías del descubrimiento (3 vol.)*. Madrid: Alianza editorial, 1989.
- Geertz, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- Hartog, François. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Trad. Jacyntho L. Brandão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- Hazard, Paul. *O Pensamento europeu no século XVIII (2 vol.)*. Trad. Carlos G. Babo. Lisboa: Editorial Presença, 1974.
- Hissa, Carlos E. V. *A mobilidade das fronteiras*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- Leite, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil (vol. IV)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1946.
- Holanda, Sérgio B. *Visão do paraíso*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- Matoso, Kátia M. de Queirós. *A Bahia no século XIX – Uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- Nabuco, Joaquim. *O direito do Brasil*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.



- Nora, Pierre. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. São Paulo, Projeto História, 10, dez. 1993, pp.7 - 28
- Novais, Fernando. *Condições da privacidade na colônia*. In: Novais, F. e Souza, L. M. História da vida privada no Brasil (vol.1). São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp.13-40.
- O’Gormann, Edmundo. *A invenção da América*. Trad.A.Martinez Correa e M.Lelo Beloto. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- Pagan, Conde. *An historical e geographical description of the great country e river of the Amazonas in América*. London: John Starkey, 1661.
- Quadros, Eduardo Gusmão. *A fé e a fronteira na região amazônico-caribenha: uma análise a partir do Diário de Pe. Samuel Fritz*. Goiânia, Revista Brasileira do Caribe, vol.4, num.8, jan./jun. 2004, pp.237-258.
- Quadros, Eduardo G. *O devir poético das devoções: esboço de uma teoria diferencial*. Fragmentos de Cultura, 15, num 3-4, Mar, 2005, pp. 85-102.
- Raffestin, Claude. *Por uma geografia do poder*. Trad. Maria C. França. São Paulo: Ática, 1993.
- Revel, Jacques. *A invenção da Sociedade*. Trad.Vanda Anastácio. Rio de janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- Revel, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Trad.Dora Rocha. Rio de janeiro: FGV Editora, 1998.
- Ribadeneira, José M. V. *Cartografía de la civilización: testimonio gráfico de la presencia quinteña en las playas amazónicas*. Terra das Águas, Belém, vol.1, 1, 1999, pp.108-128.
- Ricouer, Paul. *La mémoire, l’histoire, l’oubli*. Paris: Éditions du Seuil, 2000.
- Ribeiro, Darci. *Os índios e a civilização*. 7a.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- Simon, Fray. *Noticias historiales de Venezuela (1625)(2 vol.)*. Caracas: Ayacucho, 1992.
- Wolff, Hans. *América: early maps of the New World*. Germany: Prestel, 1992.

* Doutor em História pela Universidade de Brasília (UnB). Professor na Universidade Católica de Goiás (UCG).

